

## Valorização dos profissionais do magistério: piso, formação e carreira

A Undime, ao longo de seus 35 anos de história, vem cumprindo sua missão de *articular, mobilizar e integrar os dirigentes municipais de educação, para construir e defender a educação pública, sob a responsabilidade dos municípios, com qualidade social*.

Para tanto, realiza pesquisas, estudos, publicações e formações de equipes técnicas e dirigentes municipais de educação. Participa ativamente das discussões sobre as macropolíticas educacionais e sua implementação, além de desenvolver um intenso trabalho de *advocacy* junto ao Congresso Nacional na aprovação de leis em prol da melhoria da educação pública em nosso País.

Importante ressaltar que, em todos os debates sobre a melhoria da qualidade da educação básica pública, a Undime sempre reitera a necessidade de vincular essa melhoria à valorização dos profissionais do magistério com piso nacional, formação inicial e continuada, e carreira.

Nesta perspectiva, a Undime também assumiu o importante protagonismo na orientação às secretarias municipais de educação para discussão e construção dos planos de carreira dos profissionais do magistério, com o cumprimento das horas-atividades. Tal trabalho se intensificou após a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), a fim de cumprir o estabelecido em sua meta 17 de *valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE*.

Conforme se constata, a defesa da valorização dos profissionais do magistério sempre teve entre as bandeiras de luta da Undime. Foi assim quando da discussão do Fundef, Fundeb, PNE, Novo Fundeb e da própria Lei 11.738/08 que institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, entre outras legislações, normas, programas e políticas.

Especialmente em relação ao piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica e sua atualização anual, é importante resgatar a articulação efetuada, no ano de 2012, quando parlamentares da Câmara dos Deputados, e dirigentes da Undime, Campanha Nacional pelo Direito à Educação e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) construíram uma proposta alternativa de atualização do piso. Naquela ocasião, após estudos e simulações, as instituições propuseram a atualização anual do piso, no mês de maio, com base na reposição da inflação pelo INPC e mais 50% equivalente ao crescimento das receitas do Fundeb, de maneira a atingir equilíbrio entre a capacidade orçamentária, a valorização profissional e a implementação da carreira para o cumprimento da Lei do Piso. Entretanto, a tramitação de tal proposta não evoluiu no Congresso Nacional.

Diante do atual contexto e considerando que a Undime constrói seus posicionamentos respeitando suas instâncias e os defende com transparência, respeito, em um diálogo franco e aberto, urge que seja feita uma articulação semelhante a essa de 2012, para garantir a atualização do piso.

Por fim, a Undime reitera que continuará defendendo a efetiva atualização de um piso salarial nacional, com ganhos reais para além da reposição da inflação, a fim de que seja alcançada a justa e almejada valorização dos profissionais do magistério com piso, formação e carreira.

Brasília, 21 de janeiro de 2022

LUIZ MIGUEL MARTINS GARCIA  
Dirigente Municipal de Educação de Sud Mennucci/SP  
Presidente da Undime